

LEI Nº 3.397, de 6 de dezembro de 2017.



**Dispõe sobre a concessão de uso de espaços públicos para a instalação, manutenção, conservação e exploração publicitária em placas indicativas de ruas no município de Caçador.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante processo de concessão a terceiros, direito de instalação, manutenção, conservação de placas de denominação de logradouros públicos e veiculação de publicidade nestes mesmos equipamentos públicos.

§ 1º As dimensões, formatos, especificações e locais de instalação dos equipamentos e as demais condições da concessão, serão disciplinados pelo Poder Público Municipal através do Manual Referencial de Placas para Logradouros Públicos, anexo a esta Lei.

§ 2º A instalação, a manutenção e a conservação das placas de denominação de logradouros públicos e demais espaços destinados à publicidade serão de responsabilidade exclusiva da empresa concessionária, não sendo devida nenhuma contrapartida pela municipalidade.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da confecção e manutenção das placas e material publicitário, compreendendo mão de obra e material, serão de exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação.

Parágrafo único. Caberá ao Município fiscalizar o uso adequado dos espaços publicitários.

**Art. 3º** A concessionária deverá proceder a instalação de todas as placas indicativas de logradouros públicos oficialmente denominados no Município de Caçador, bem como os que vierem a ser oficializados no período da concessão, independentemente da exploração comercial de publicidade com sua marca ou de terceiros.

**Art. 4º** A concessão de serviço será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da edição do Decreto respectivo, podendo ser renovada, por igual período, mediante autorização legislativa.

**Art. 5º** A concessionária poderá, durante o período de vigência do contrato de concessão, explorar e comercializar os espaços existentes nas placas de denominação de logradouros públicos para veiculação de publicidade, dentro dos limites estabelecidos pelo Manual.

**Art. 6º** É vedada a veiculação de propaganda de apelo erótico, cigarros, bebidas alcoólicas, jogos de azar e outros agentes nocivos à saúde, bem como de propaganda político=partidária.

Parágrafo único. O Executivo exercerá o poder de polícia, fiscalizando o conteúdo das mensagens publicitárias, no sentido de que sejam evitados textos ilegais, imorais ou, ainda, sejam contrários à saúde e ao meio ambiente.

**Art. 7º** Nenhuma responsabilidade caberá ao Município nos contratos de publicidade a serem realizados entre a Concessionária e terceiros.

§ 1º O Município de Caçador não será responsável por prejuízos e/ou indenizações decorrentes dos atos praticados pela Concessionária, seus representantes, prepostos ou seus equipamentos.

§ 2º Caberá a Concessionária a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, implantação e manutenção da concessão prevista na presente Lei.

**Art. 8º** Os equipamentos instalados, incluídos os postes de sustentação e as placas indicativas dos nomes dos Logradouros Públicos passarão a fazer parte do patrimônio municipal, não cabendo a possibilidade de remoção dos mesmos quando do término do prazo de concessão, tampouco qualquer indenização pelos mesmos.

Parágrafo único. Excetuam=se do previsto no caput deste artigo, as placas publicitárias porventura instaladas, que poderão ser removidas a qualquer tempo, a critério da Concessionária.

**Art. 9º** Como equipamentos públicos, os postes de sustentação das placas poderão ser utilizados pelo poder público para a instalação de outros equipamentos, tais como lixeiras, não cabendo qualquer remuneração indenizatória à concessionária.

**Art. 10** Serão de obrigação da concessionária:

I - instalar e executar adequadamente os reparos necessários nos locais que receberão os equipamentos, previstos nesta lei;

II - fornecer e instalar os bens no padrão estabelecido pelo Município;

III - explorar o direito de veiculação de publicidade em espaços existentes de forma padronizada e previamente aprovada pelo poder concedente;

IV - respeitar e cumprir fielmente o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 8.987, de 1995;

V - prestar serviço adequado, de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

VI - realizar a manutenção dos materiais publicitários, mantendo os bens em perfeito estado de conservação, obrigando-se a substituir total ou parcialmente aqueles em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções ou em estado de avançado desgaste natural;

VII - retirar, remover ou substituir as placas e/ou postes de sustentação, por conta própria, sempre que necessário, para execução de obras, serviços públicos ou na ocorrência de circunstâncias que o Município, a seu critério, exija ou tome por necessárias.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Público realizar a fiscalização dos equipamentos e das publicidades veiculadas, que em caso de descumprimento dos regulamentos editados, notificará a concessionária para a imediata adequação, sob pena de multa e demais penalidades previstas em Lei.

**Art. 11** Será vedado à(s) Concessionária(s) vencedora(s) do processo licitatório, transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a terceiros o objeto licitado.

**Art. 12** Poderá ser rescindida a concessão de serviço outorgada, sem que caiba qualquer direito indenizatório à concessionária, quando constatado qualquer abuso, irregularidade ou inobservância das condições exigidas no regulamento da presente Lei, bem como do edital de licitação.

**Art. 13** Extinta a concessão, os equipamentos de que trata esta Lei ficarão definitivamente incorporados ao patrimônio do Município de Caçador, sem quaisquer pagamentos, seja a que título for.

**Art. 14** O Poder Executivo poderá regulamentar as disposições desta Lei.

**Art. 15** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 6 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Download:** Anexo - Lei nº 3397/2017 - Cacador-SC